



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS

GIOVANNA FRANCIOLI MENEGON FRISANCO

**As elites locais e a gestão do subdesenvolvimento: uma análise de
“Catrapus”, de Roderick Nehone**

São Carlos SP – 2023

GIOVANNA FRANCIOLI MENEGON FRISANCO

**As elites locais e a gestão do subdesenvolvimento: uma análise de
“Catrapus”, de Roderick Nehone**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Licenciatura em
Letras (Português-Espanhol)
da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar,
para obtenção do título de Licenciado em Letras.
Orientador: Prof. Dr. Daniel Laks**

São Carlos SP - 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu esposo Felipe, pelo apoio durante toda minha graduação e por sempre acreditar que eu seria capaz, agradeço aos meus pais e ao meu irmão, por nunca me deixarem desistir e estarem comigo durante momentos difíceis, agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Daniel Laks, por ter aceitado ser meu orientador e por me oferecer todo suporte necessário durante esse processo de escrita. Agradeço também à banca examinadora pela leitura do meu trabalho.

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho de conclusão de curso é analisar o conto “Catrapus”, do autor Roderick Nehone, pseudônimo de Frederico Manuel dos Santos e Silva Cardoso, presente em seu livro intitulado *Uma bóia na tormenta* (2007), sob o ponto de vista de como as elites locais efetuam uma gestão do subdesenvolvimento. Para isso, contaremos com textos e autores que discutem o conceito de pós-colonial, como Stuart Hall, Ana Mafalda Leite, Inocência Mata e Aníbal Quijano.

Palavras-chave: Roderick Nehone, pós-colonialismo, gestão do subdesenvolvimento, literatura angolana, Catrapus.

RESUMEN

El principal propósito de este trabajo de conclusión de curso es analizar el cuento "Catrapus", del autor Roderick Nehone, seudónimo de Frederico Manuel dos Santos e Silva Cardoso, presente en su libro titulado *Uma bóia na tormenta* (2007), desde el punto de vista de cómo las élites locales manejan el subdesarrollo. Para ello, nos apoyaremos en textos y autores que discutan el concepto de poscolonial, como Stuart Hall, Ana Mafalda Leite, Inocência Mata y Aníbal Quijano.

Palabras-Clave: Roderick Nehone, poscolonialismo, gestión del subdesarrollo, literatura angoleña, Catrapus.

SUMÁRIO

Introdução	7
Uma breve discussão sobre o conceito de pós-colonial	10
Uma análise do conto “Catrapus”, de Roderick Nehone	26
Conclusão	32
Referências	35

INTRODUÇÃO

Pensando que a proposta deste trabalho é realizar uma análise do conto “Catrapus” de Roderick Nehone pensada a partir do viés de como as elites locais efetuam uma gestão do subdesenvolvimento, iniciaremos com um breve resumo e contextualização do conto para em seguida trazer o conceito de pós-colonial com particular enfoque nos efeitos secundários do processo de colonização, desde a sua origem até a sua transformação contemporânea, a partir de autores como Stuart Hall, com o capítulo “Quando foi o pós-colonial?”, presente no livro *Da Diáspora. Identidades e Mediações culturais*, Ana Mafalda Leite, com o capítulo “Pós-colonialismo, um caminho crítico e teórico”, presente no livro *Oralidades e escritas pós-coloniais – Estudos sobre literaturas africanas*, Inocência Mata, com o capítulo “A condição pós-colonial das literaturas africanas de língua portuguesa: algumas diferenças e convergências e muitos lugares-comuns” presente no livro *Contatos e Ressonâncias - Literaturas africanas de língua portuguesa* e Aníbal Quijano, com o artigo “Colonialidad del poder y clasificación social”.

O conto se passa em Angola, no mercado do Roque Santeiro, onde um rapaz cujo cognome era Zazalí, fisicamente bem encorpado, atrevido que lutava para viver em um mundo extremamente competitivo, deu início ao processo de desenvolvimento de um monopólio daquele local aproveitando-se da completa ausência de mecanismos de controle por parte do Estado.

O início da narrativa retoma os tempos da colonização, quando, tendo em vista que as pessoas andavam a pé, ainda não havia roda e o motor a combustão não havia chegado nem a um décimo dos necessários, a tipoia deu bastante certo. Ela era formada por dois troncos retos apoiados nos ombros de quatro homens, dois a frente e dois atrás. Partindo da ideia da tipoia, Zazalí começou com seu carrinho de madeira, nomeado cangulo, a transportar mercadorias das pessoas que iam ao Roque Santeiro às compras, acompanhando os compradores nos corredores do supermercado e, por fim, a entrega terminava no porta-bagagem do cliente.

Dessa maneira, o jovem juntou dinheiro, comprou um novo cangulo e contratou um empregado. Com o passar de dez meses, muita intransigência, rapidez e pontualidade, Zazalí estava com sete cangulos e sete empregados. Decidiu-se então parar de conduzir, afinal ele era o patrão, que a partir desse momento iria só controlar

e expandir o negócio. Para isso, restringiu uma sessão do mercado somente para os seus canguleiros e quem circulasse, com sua autorização, teria que lhe pagar uma comissão. Após três meses já tinha vinte cangulos, vinte canguleiros e dois empregados, passando a controlar o setor de carnes, frutas, legumes e hortaliças. Chegando aos trinta cangulos passou a controlar a área de carvão, aos cinquenta passou a tomar conta da área de eletrodomésticos e dos fofandês.

Aos quinhentos trabalhadores, controlava a praça toda. Quase todos canguleiros que circulavam por lá eram seus, os que não o fossem pagavam uma taxa. Um dia, porém, resolveu carregar, além das compras, os compradores, fazendo aumentar a procura pelo seu serviço. Criou cangulos de diversos tipos e funções. Isso tudo ocorria dentro do mercado, enquanto lá fora rodavam Hiaces, provocando longos engarrafamentos, assaltos e tudo era pior em dias chuvosos, o tráfego parava por vários minutos. O calor era intenso, a cidade quase desarborizada, os carros sem ar-condicionado, já não havia mais pontualidade.

Notando essa circunstância, Zazalí decidiu novamente expandir seu negócio e tomar a capital com seus cangulos de passageiros. Os passageiros, cansados de esperar por seus Hiaces acabavam os abandonando e procurando lugar no cangulo. Havia homens de terno e gravata, mulheres com seus vistosos vestidos, crianças de roupas brancas a caminho das escolas, jovens de jeans, todos necessitados, sem distinção de estatutos, todos em cima do cangulo.

A cidade foi dominada pelas Hiaces, o engarrafamento era enorme, ninguém conseguia chegar com pontualidade no trabalho, nem sequer os chefes. Todos sentiam-se prejudicados, então não aparecia nenhum culpado. Como estavam todos atrasados, tudo ficava atrasado e improdutivo. Enquanto não chegava a modernidade, os cangulos circulavam, invadiam a cidade, na tentativa de reduzir a impontualidade das pessoas. Com isso, a fábrica de Zazalí, agora tido como Rei Zazalí ou Rei dos cangulos, ficou poderosa e o homem parou de ser visto, controlando à distância o tráfego.

Zazalí tinha as pessoas da cidade em seus pés, pois todos necessitavam de seu serviço, locomovendo-se sem se cansar tanto, porém de forma lenta, pois era à passo de homem. Assim, o tempo tornou-se fútil e Zazalí se deu conta disso, que enquanto houvesse o sufoco do engarrafamento, o tempo era inútil em fábricas, gabinetes, escritórios etc. Eles cumpriam as obrigações à medida de suas possibilidades de deslocamento. Então, ele teve novamente a grande ideia de um

novo investimento em ativos futuros: comprar todo o tipo de relógios, uma vez que o tempo de nada estava valendo, já que todos iriam chegar sempre atrasados. Ele ainda emitiu a mensagem de que pagaria bem. Assim aconteceu. A mensagem se espalhou e logo milhares de relógios, em pouco tempo, foram parar com Zazalí. Ele sabia que no futuro iria faturar com a venda desses relógios que hoje ele havia comprado a baixo custo. Assim, o conto é finalizado.

Sabe-se que a colonização africana por Portugal se iniciou no século XV e perdurou até a segunda metade do século XX, 1975, para ser exata. Sendo a África um dos últimos continentes a ser descolonizado pelos europeus, os problemas sociais dos países africanos são resultado da forma de colonização que ocorreu no continente. O conto retrata a forma como ocorreu um processo de subdesenvolvimento, mostrando, segundo Hall (2003), que as elites locais são quem administram os efeitos contraditórios deste subdesenvolvimento. Estudos pós-coloniais atentaram, nos últimos anos, para a colonização empreendida no discurso do 'desenvolvimento'. Partiremos do pressuposto de que o momento pós-independência vem após o colonialismo e com isso, no próximo capítulo, tentaremos trazer alguma definição teórica de pós-colonial que diz respeito aos efeitos culturais do colonialismo a partir dos estudiosos mencionados no início deste trabalho. Depois, no capítulo seguinte, faremos uma breve análise do conto, discutindo-o à luz dos conceitos apresentados. Por fim, o presente Trabalho de Conclusão de Curso apresentará suas conclusões.

UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE PÓS-COLONIAL

Ana Mafalda Leite, em *Oralidades e escritas pós-coloniais* – estudos sobre literaturas africanas, inicia trazendo em seu texto que após a Segunda Guerra Mundial os historiadores vão usar o termo “postcolonial state” para designar os países recém-independentes, no sentido cronológico. Porém, o termo passou a ser usado pela crítica a partir dos anos setenta para discutir os efeitos culturais da colonização.

Terry Eagleton citado por Leite irá considerar que somos pós-românticos, produtos dessa época, além de sucessores dela. Sendo assim, o termo em seu ponto de vista, não pode ser considerado um conceito histórico ou diacrônico, mas analítico, que reenvia às literaturas que nasceram num contexto marcado pela colonização europeia. Este é justamente o ponto em que Hall irá abordar em seu texto, que será trazido mais adiante, defendendo seu ponto de vista contrário ao da autora, pois ele considera o termo epistêmico e cronológico, enquanto a autora defende que a atividade crítica pós-colonial é também uma plataforma de “reinterpretação da discursividade colonial, por isso o sentido cronológico do termo revela-se insuficiente” (LEITE, 2012, p. 130). A crítica pós-colonial vê formas e temas imperiais como obsoletos, luta para combater e refutar essas categorias e propõe uma nova visão de mundo caracterizada pela coexistência e negociação de linguagem e cultura. Ainda segundo a autora

O termo pós-colonialismo pode ser entendido como incluindo todas as estratégias discursivas e performativas (criativas, críticas e teóricas) que frustram a visão colonial, incluindo, obviamente a época colonial; o termo é passível de englobar, além dos escritos provenientes das ex-colônias da europa, o conjunto de práticas discursivas, em que predomina a resistência às ideologias colonialistas (LEITE, 2012, p. 130).

Agora, tomando como base o conceito “pós-colonialismo” de origem anglosaxônica, ele toma como realidade principiadora o colonialismo britânico. No âmbito dos estudos literários começa a se desenvolver a partir da década de sessenta, com revisão das novas literaturas produzidas pela *Commonwealth*, bem como o surgimento de casas editoras que promovem a publicação de escritores de origem africana, indiana de outras zonas ex-coloniais britânicas.

Porém, é a partir da obra *Orientalism* (1978) de Edwards Said, que começam a ser desenvolvidos estudos críticos e teóricos sobre o pós-colonialismo. E após esta obra, outras foram surgindo de intelectuais diaspóricos, que reclamam uma voz crítica pós-colonial, originária, ou com raízes, nos ex-países colonizados.

A ligação entre os estudos culturais e pós-coloniais permite uma reflexão sobre a mudança das teorias, sobre a relação entre o local e o global e marca uma análise das práticas culturais do ponto de vista de sua sobreposição com as relações de poder. Sendo assim, a perspectiva analítica pós-colonial nasce também de um sentido político da crítica literária.

Segundo Leite, os estudos teóricos do pós-colonialismo tentam enquadrar as condições de produção e os contextos socioculturais em que se desenvolvem as novas literaturas. Evitam tratá-las como extensões da literatura europeia e avaliar a originalidade dessas obras, de acordo com uma norma ocidental, despreocupada, ou desconhecendo o seu enraizamento (LEITE, 2012, p. 131).

A autora afirma que o pós-colonialismo necessita de adequação à nossa área, por ser centrado em questões específicas do colonialismo britânico e suas ex-colônias, com características tão diferentes. Até porque as condições e o desenvolvimento do colonialismo português foram outras e divergentes de colônia para colônia, apesar de algumas convergências na emergência das novas poéticas, em formulação, nas literaturas africanas (LEITE, 2012, p. 133).

Para a autora, tiveram lugar e desenvolvimentos diversificados na área africana lusófona as recriações das línguas surgidas praticamente em contextos de pré e pós independência, como Amos tutuola ou o costa marfinense *Ahmadou Khourouma*, durante o período colonial, e têm antecedentes históricos, evidenciando a especificidade africana lusófona no domínio das apropriações linguístico-literárias.

Dessa forma, esses entre outros motivos, nos fazem ponderar sobre a maneira de perspectivar o pós-colonialismo na área africana de língua portuguesa, portanto, os estudos críticos francófonos continuam relativamente alheados da problemática pós-colonial e demoraram a ser desenvolvidos pela discussão do pós-colonialismo.

Isso aconteceu praticamente dez anos após, ou seja, em 1999, quando Jean-Marc Moura publicou *Littératures Francophones Et Théorie Postcoloniale*. O autor considera que a teoria do pós-colonialismo abrange o conjunto de obras que se dedicam aos escritos dos povos colonizados pelos europeus, partindo do pressuposto de que as variáveis do colonialismo europeu produziram uma continuidade e

similaridade de situações, manifestas nas formas e práticas de escrita (apud LEITE, 2012, p. 135).

Leite (2012) finaliza seu texto considerando que é necessário discutir sobre algumas das implicações teóricas do pós-colonialismo nas literaturas africanas lusófonas, que começaram a se tornar mais presentes atualmente.

Dando continuidade, agora a partir de Stuart Hall (2003), percebe-se que o autor começa a discussão em seu texto “Quando foi o pós-colonial?”, não apenas levantando vários questionamentos, mas também se propondo a explorá-los: quando foi o pós-colonial? O que deveria ser incluído e excluído dos seus limites? Onde se encontra a fronteira invisível que separa o pós-colonial do colonialismo, neocolonialismo, Terceiro mundo, Imperialismo? (HALL, 2003, p. 101).

A proposta do autor parte dos questionamentos levantados por críticos e teóricos do conceito de pós-colonial. Ella Shohat (1992), por exemplo, critica o “pós-colonial” por sua ambiguidade teórica e política, no sentido de que esconde as distinções nítidas entre colonizador e colonizado, sendo assim o “pós-colonial” irá juntar histórias, temporalidades e formações raciais de diferentes âmbitos em uma categoria única.

Anne McClintock, assim como Shohat, irá defender que o conceito marca o fechamento de um período histórico, no caso o colonialismo, como se seus efeitos estivessem definitivamente finalizados. O prefixo “pós” significa “passado”, algo concluído, porém, para a crítica, também faz parte de sua ambiguidade, uma vez que não esclarece se essa periodização faz parte de uma episteme ou de uma cronologia.

Outro crítico trazido para a discussão por Hall, Arif Dirlik, aprova muitas críticas de Shohat e McClintock, considerando que o conceito é uma celebração do chamado fim do colonialismo, mas acrescenta que o “pós-colonialismo” “é um discurso pós-estruturalista e pós-fundacionista. Acrescenta também que o “pós-colonial” menospreza grosseiramente a “estruturação capitalista do mundo moderno”. Mais ainda, sua noção de identidade é discursiva e não estrutural. Repudia a estrutura e a totalidade. O discurso pós-colonial é um culturalismo (DIRLIK, *apud* HALL, 2003, p. 102).

Para Hall (2003), o termo refere-se ao processo geral de descolonização que, tal como a própria colonização, marcou com igual intensidade as sociedades colonizadas. Nas palavras de Homi Bhabha (2012): “precisamos do pós-colonialismo para nos mostrar a experiência completa da descolonização.” Ou seja, “a colonização

nunca foi algo externo às sociedades das metrópoles imperiais, mas esteve sempre inscrita nelas, da mesma forma como não se pode tirar das culturas dos colonizados” (HALL, 2003, p. 108).

Para Hall, o termo pós-colonial não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época. Pelo contrário, o conceito reveste-se de uma transcendência, isto é, ele faz uma releitura da colonização como parte de um processo global, essencialmente com um caráter transnacional e transcultural e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou global daquilo que são as grandes narrativas imperiais do passado centradas na nação (HALL, 2003, p. 109).

O “pós-colonial” para Hall, certamente não é um período baseado em estágios epocais, que Shohat denomina sua “temporalidade problemática”, em que tudo é revertido ao mesmo tempo, onde todas as antigas relações desaparecem definitivamente e outras, completamente novas, aparecem para substituí-las. Hall mostra que o rompimento com o colonialismo é um processo longo, prolongado e diferenciado geograficamente, onde os movimentos recentes do pós-guerra pela descolonização figuram como um momento distinto. Neste sentido, a colonização vem a ser sinal concreto de ocupação e controle colonial. Enquanto isso,

a transição para o pós-colonial é caracterizada pela independência do controle colonial direto e pela formação de novos Estados-Nação, por formas de desenvolvimento econômico dominadas pelo crescimento do capital e suas relações de dependência neocolonial com o mundo desenvolvido capitalista, bem como pela política que advém da emergência de poderosas elites locais que administram os efeitos contraditórios do subdesenvolvimento (HALL, 2003, p. 110).

Hall mostra que, em termos de periodização o pós-colonial guarda uma ambiguidade, pois, além de ele identificar o momento posterior à descolonização como momento crítico para um deslocamento nas relações globais, o termo também oferece, como toda a periodização, uma outra narrativa alternativa onde destaca conjunturas-chave àquelas incrustadas na narrativa clássica da Modernidade (HALL, 2003, p. 112).

A questão incômoda do prefixo “pós”, para Shohat, sinaliza tanto o fechamento de um evento histórico ou era, assim como um ir além para comentar um certo

movimento intelectual (SHOHAT *apud* HALL, 2003, p. 117). Mas, para David Hulme, o “pós” no “pós-colonial” possui duas dimensões em tensão uma com a outra: a primeira dimensão é temporal, na qual há um relacionamento pontual no tempo entre uma colônia e um estado pós-colonial. A segunda dimensão é uma dimensão crítica onde uma teoria pós-colonial passa a existir através de uma crítica teórica (HULME *apud* HALL, 2011, p. 117).

Além disso, a tensão, para Hulme, é produtiva, enquanto que para Shohat produz uma ambivalência estruturada. Ela também sugere que o “pós-colonial” se distingue de todos os outros “pós” ao tentar ser epistêmico e cronológico. Hall, porém, afirma que não se trata apenas de ser posterior, significa o momento que sucede o outro (o colonial), no qual predomina a relação colonial (HALL, 2003, p. 119).

Hall juntamente com Shohat, mostra que o pós colonial é um tempo de diferenças e desigualdades, o porquê de o fim do colonialismo não ter representado o fim das desigualdades, elas continuam, apenas mudaram seus donos e padrões. Sendo assim, o “pós-colonial” questiona e traz a questão epistêmica para a sua discussão.

Partindo agora para Boaventura de Sousa Santos (2003), com seu trabalho intitulado “Entre próspero e Caliban - Colonialismo, Pós-Colonialismo e Interidentidade”, no qual o teórico examina as práticas e narrativas que caracterizam o colonialismo português e como eles permearam os regimes identitários nas sociedades que dele participaram tanto durante o período colonial quanto após a independência da colônia, com foco particular na África e nas Américas. Para isso, o autor parte de duas hipóteses.

A primeira é de que Portugal tem sido uma semiperiferia do moderno sistema capitalista mundial desde o século XVII e esta situação, que melhor caracteriza a longa existência moderna da sociedade portuguesa, evoluiu ao longo dos séculos mas manteve as suas características básicas, sendo elas o desenvolvimento econômico de nível médio e uma posição intermediária entre o centro e a periferia da economia mundial, assim, Portugal é o produto e o produtor desse status, portanto, nunca assumiu totalmente as características dos modernos estados centralizados, especialmente aqueles cristalizados nos estados liberais de a partir de meados do século XIX (SANTOS, p. 227).

A segunda hipótese é a de que esta complexa semiperiferia se replica com base no sistema colonial e se replica há vinte anos, no modo como Portugal está

inserido na União Europeia (UE). Três sub-hipóteses são derivadas desta hipótese. Uma delas é que o colonialismo português, liderado por países semiperiféricos, é ele próprio um colonialismo semiperiférico com características subordinadas, o que fez com que as colônias fossem colônias incertas de um colonialismo certo.

Outra sub-hipótese é a de que a relação colonial liderada pelos portugueses, pelas suas características e duração histórica, penetrou de forma muito específica e intensa nas formas de poder social, político e cultural não só nas colônias, mas também na própria sociedade portuguesa. Se o poder capitalista moderno sempre foi colonial, em Portugal sempre foi mais colonial do que capitalista. Uma terceira sub-hipótese afirma que o processo de integração na UE parece destinado a ter um impacto tão dramático na sociedade portuguesa como o colonialismo, embora de duração muito curta em comparação com o período colonial (SANTOS, p. 228).

Santos (2003, p. 233) vai afirmar que o pós-colonialismo deve ser entendido de duas maneiras. O primeiro é o período histórico que se segue à independência das colônias. A segunda é um conjunto de práticas (principalmente performativas) e discursos que desmontam a história colonial escrita pelo colonizador e tentam substituí-la por histórias escritas a partir da perspectiva do colonizado.

No primeiro sentido, pós-colonialismo significa um conjunto de análises econômicas, sociológicas e políticas da construção de novos países, sua base social, institucionalidade e localização no sistema mundial, rupturas e as continuidades com o sistema colonial, as relações com a ex-potência colonial e a questão de neocolonialismo, as alianças regionais etc.

Em outro sentido, o pós-colonialismo tem um foco culturalista, faz parte do estudo da cultura, linguagem e literatura, e usa exegese textual e práticas performáticas para analisar sistemas representacionais e processos identitários (SANTOS, p. 234).

A ideia central do pós-colonialismo cultural é justamente recuperar a presença e a voz da crítica pós-colonial, que, segundo Bhabha (1994, *apud* SANTOS, p. 234) foi usurpada pela crítica ocidental.

Spivak (1996, *apud* SANTOS, 2003, p. 235) vê a função da crítica pós-colonial como contribuindo para a destruição da subalternidade dos povos colonizados. A linguagem é a subversão da subalternidade, porque a condição da subalternidade é o silêncio. Mas tornar esse discurso possível requer um compromisso político que vai além do discurso acadêmico.

Santos (2003, p. 235) afirma que o discurso colonial construiu uma polaridade entre os colonizadores (Prósperos) e os povos colonizados (os Caliban), mas o pós-colonialismo viu os dois como independentes e impensáveis um sem o outro, não, enfatizando assim a ambiguidade e o hibridismo entre os dois. O autor também vai afirmar que o elo entre colonizadores e colonizados é o racismo, uma forma de ataque para os colonizadores e uma forma de defesa para os colonizados, mesmo que a construção da diferença exija a criação de um estereótipo do colonizado como animal selvagem. (SANTOS, 2003, p. 236)

Retomando agora McClintock a partir de Santos (2003) ela adverte para o fato de que embora "a teoria pós-colonial tenha procurado pôr em causa a grande marcha do historicismo ocidental e as suas oposições binárias (nós/outros; metrópole/colônia; centro/periferia), o termo pós-colonialismo continua a reorientar o globo à volta de uma única posição binária: colonial/pós-colonial". McClintock ainda argumenta que, embora o termo "pós-colonial" seja concebido como uma contradição à noção de tempo linear, ele é "atormentado" e vê o colonialismo como a característica de prestígio dominante da história. Quanto à definição histórica de colonização, resta apenas o conceito de "preposição", ou seja, pré-colonial ou pós-colonial. (McCLINTOCK, 1995 *apud* SANTOS, 2003, p. 242 e 243)

Stuart Hall, já mencionado anteriormente no texto e agora citado por Santos, preocupa-se também com o facto de o prefixo "pós" evocar ideias de continuidade. No entanto, parece merecer maior atenção dada a notória persistência dos efeitos da colonização e o difícil deslocamento das representações cristalizadas por ela. (HALL, 1996 *apud* SANTOS, 2003, p. 243).

Assim como Hall (1996), McLeod (2000, p. 5 *apud* SANTOS, 2003, p. 243) problematiza as confusões que o prefixo pode criar: depois do colonialismo, depois da independência; depois do fim do império. Outros autores questionam o verdadeiro significado das experiências de outros países em África. Por exemplo, Patrick Chabal usa a metáfora dos espelhos:

Se é verdade que as palavras que empregamos nós os ocidentais para descrever o atraso de África ecoam as usadas há 100 anos, o significado que lhes atribuímos hoje é completamente diferente. O entendimento de que a "escuridão" de África é reconhecidamente exótica, outra e distante desapareceu hoje no mundo globalizado. A escuridão de África está hoje aqui connosco todos os dias nas nossas televisões. Ela é também a nossa escuridão e alimenta muitos dos

nossos indizíveis pesadelos – da mesma forma que alimenta a chamada ameaça islâmica. Do mesmo modo, as nossas certezas imperiais e a nossa presunção de superioridade foram gravemente afetadas pelos acontecimentos do século 20. O debate sobre o pós-moderno e o pós colonial é assim, uma das muitas maneiras que temos de procurar ajustar contas com a estrutura contingente relativa da nossa existência contemporânea, [...] olhamos para África não tanto por que nos interesse compreender a África mas por que olhar para África é uma das formas de nos definirmos a nós próprios (CHABAL, 1997 *apud* SANTOS, 2003, p. 243).

A relação crítica de Santos (2003, p. 244) com o pós-colonialismo está baseada na ideia de que, embora este fosse inclinado à crítica da homogeneização e à valorização da fragmentação e da diferença, equalizou a relação colonial, carecendo de uma perspectiva histórica e comparativa. Sua hipótese é que a diferença do colonialismo português deve influenciar a diferença do pós-colonialismo no espaço da língua oficial portuguesa, nomeadamente em relação ao pós colonialismo anglo-saxônico.

A primeira diferença é que a experiência de ambivalência e hibridização entre colonizador e colonizado, que não era de forma alguma uma reivindicação pós-colonial, foi durante muito tempo a experiência do colonialismo português. O pós-colonialismo anglo-saxônico parte da relação colonial baseada na extrema polarização entre colonizador e colonizado, Próspero e Caliban, uma polarização que é tanto uma prática de representação como a representação de uma prática, é contra isso que a refutação da crítica pós-colonial é dirigida e racional.

Uma segunda diferença do pós-colonialismo de língua portuguesa reside na questão racial da cor da pele. Para os críticos do pós-colonialismo anglo-saxônicos, “a cor da pele é um limite incontornável às práticas de imitação e de assimilação porque, consoantes os casos, ou nega por fora da enunciação o que a enunciação afirma, ou, pelo contrário, afirma o que ela nega” (SANTOS, 2003, p.244).

A ambivalência e a hibridização da cor da pele, devem ser consideradas no pós-colonialismo português. Ou seja, o espaço entre a zona intelectual, que a crítica pós-colonial reivindica para si, “encarna no mulato como corpo e zona corporal” (SANTOS, 2003, p.245). Segundo Santos (2003), o desejo no outro “não é um artefato psicanalítico nem é duplicado pela linguagem. É físico, criador e multiplica-se em criaturas. Longe de ser uma imitação falhada, a mulata e o mulato são a negação da imitação” (SANTOS, 2003, p.245).

Uma terceira diferença no pós-colonialismo português reside na inesperada dimensão de ambivalência e hibridação do pós-colonialismo anglo-saxônico. Ao contrário do que acontece nestas últimas, a ambivalência das apresentações não decorre simplesmente da falta de distinção clara entre as identidades do colonizador e do colonizado. Vem também do fato de que essa diferença está inscrita na identidade do colonizador (SANTOS, 2003, p. 245).

A identidade do colono português não se limita a ter em si a identidade dos outros colonizados por ele. Contém em si a identidade colonial de ser colonizado por outros. Os Prósperos portugueses são Calibans aos olhos dos europeus super Prósperos. Assim, existem duas identidades de colonizadores portugueses. Consiste na união de dois outros, o outro colonizado e os próprios colonizadores colonizados. Foi esse alto grau de dualidade que os portugueses foram muitas vezes tratados como emigrantes, em vez de colonos em "suas" colônias.

Pode concluir-se que a separação das diferenças segundo Bhabha (1993 *apud* SANTOS, 2003, p. 245) é muito mais complicada no caso do pós-colonialismo em Portugal. Essa complexidade pode, paradoxalmente, levar a conexões ou conluios inesperados entre colonizadores e povos colonizados. O "outro" colonizado pelo colonizador não é em nada diferente do "outro" colonizado do colonizador. Ao contrário do pós-colonialismo anglo-saxônico, não há outro. Há dois que não se unem e não se separam. Eles apenas confundem o efeito de cada um na identidade do colonizador e do colonizado. (SANTOS, 2003, p. 246). Bhabha (1994, *apud* SANTOS, 2003, p. 246) vai afirmar também que a imitação colonial é sempre uma mentira, e é sempre uma encruzilhada entre o que é conhecido e permitido e o que não é conhecido e deve ser escondido. Segundo Santos

O colonizador imitou o colonizado e não necessariamente para se aproximar dele. Ou seja as práticas de imitação foram muito mais caóticas porque, longe de serem sempre o instrumento de um desígnio de dominação imperial, foram as mais das vezes contingências intersubjetivas em contextos de sobrevivência difícil (difícil, por vezes, apenas para o colonizador, outras vezes, para ambos, o colonizador e o colonizado) (SANTOS, p. 246).

O fato de os colonizadores terem sido colonizados não significa que tenham mais ou menos simpatia pelo *seu* colonizado, também não significa "que o colonizado por um colonizador- colonizado seja menos colonizado que outro colonizado por um

colonizador-colonizador”. O colonialismo português carrega consigo o estigma da indecisão, que deve ser o principal objetivo do pós-colonialismo português. Dessa forma, “a colonização por parte de um Próspero incompetente, relutante, originariamente híbrido, redundou em sub colonização ou em hiper colonização.” (SANTOS, 2003, p. 247). Ainda segundo Santos

As identidades são produtos de jogos de espelhos entre entidades que, por razões contingentes, definem as relações entre si como relações de diferença e atribuem relevância a tais relações. A relação da diferenciação é uma relação de desigualdade que se oculta na pretensa incomensurabilidade das diferenças. As identidades subalternas são sempre derivadas e correspondem a situações em que o poder de declarar a diferença se combina com o poder para resistir ao poder que a declara inferior. Na identidade subalterna, a declaração da diferença é sempre uma tentativa de apropriar uma diferença declarada inferior de modo a reduzir ou a eliminar a sua inferioridade. Sem resistência não há identidade subalterna, há apenas subalternidade (SANTOS, 2003, p. 250)

Para Santos (2003, p. 251) a identidade dominante é sempre ambivalente em cada um de seus modos de reprodução. Pois mesmo a negação completa do outro só é possível produzindo ativamente a inexistência do outro. Essa produção implica sempre o desejo do outro na forma de uma falta abismal, de uma carência insaciável.

Os traços com que os portugueses do século XV construíram a imagem dos povos primitivos e selvagens das suas colônias são muito semelhantes aos que lhes foram atribuídos pelos viajantes, comerciantes, e religiosos do mesmo período.

Os estereótipos negativos começaram a predominar na segunda metade do século XVIII, quando o domínio inglês se aprofundou em Portugal, mas durante os tempos modernos, prevaleceram histórias que tentam questionar e oferecer alternativas a histórias anteriores que eram consideradas falsas.

Muitas das características atribuídas aos portugueses em meados do século XX são surpreendentemente semelhantes àquelas atribuídas pelas narrativas colonialistas, incluindo os portugueses, os negros africanos, escravos americanos ou índios. (SANTOS, 2003, p. 255). Pensando nisso, é importante ressaltar que:

Os portugueses nunca puderam instalar-se comodamente no espaço tempo originário do próspero europeu. Foram objetos de humilhação e de celebração, de estigmatização e de complacência, mas sempre com a distância de quem não é plenamente contemporâneo do espaço

tempo que ocupa. Tiveram dificuldade em saber de que lado estavam. Nem próspero nem caliban, restou-lhes a liminaridade e a Fronteira, a Inter identidade como identidade originária (SANTOS, 2003, p. 256).

Essa indecidibilidade demonstra a eficácia recorrente dos regimes de identidade mútua. Os portugueses andavam constantemente de um lado para o outro entre Próspero e Caliban, presos nesse trânsito, mas ambos eram racistas, muitas vezes violentos e corruptos, mais propensos à pilhagem do que ao desenvolvimento, nasceram racistas e literalmente o pai da democracia racial.

Na África, na Ásia e no Brasil, esse sistema de interidentidades teve diversas manifestações. Dentre eles, destacam-se a “cafrealização” e a “miscigenação”. Os dois fenômenos estão relacionados, mas referem-se a processos sociais diferentes. Refere-se à cafrealização a definição:

designação oitocentista utilizada para caracterizar de uma maneira estigmatizante os portugueses que, sobretudo na África oriental, se desvinculavam da sua cultura e do seu estatuto civilizado para adotarem os modos de viver e pensar dos cafres, os negros agora transformados em primitivos e selvagens. trata-se de portugueses apanhados nas malhas de Caliban e de fato Calibanizados, vivendo com mulheres e filhos Calibans, segundo os costumes e línguas locais e em total ruptura com a sua cultura de origem. (SANTOS, 2003, p. 257).

Enquanto que à miscigenação: “é a outra manifestação da porosidade dos regimes identitários dos portugueses. Trata-se de um fenômeno diferente da cafrealização e pode ocorrer sem esta” (SANTOS, 2003, p. 262).

A designação de “cafrealização” surge neste sentido num momento preciso da história do colonialismo português que se descreve como um “momento de prospero”. Com esta designação, pretende-se que o discurso colonial ressignifique uma prática primitiva que vigorou entre os séculos XVI e XIX. Trata-se de uma interação contínua entre os portugueses e a cultura dos poderes locais, “uma interação em que os interesses do comércio não podiam ser por qualquer poder imperial digno do nome e que, por isso, tende a ser caracterizada pela reciprocidade e pela horizontalidade, quando não mesmo pela subordinação e prestação de vassalagem aos reis e autoridades locais” (SANTOS, 2003, p. 257).

Os testemunhos de religiosos, que muitas vezes criticam estas práticas, mostram por vezes uma compreensão das dificuldades enfrentadas por populações destas zonas que não tiveram poder para as defender durante o período colonial. A desqualificação dos nativos como primitivos e bárbaros é consistente nesses relatos, e com ela os portugueses que com eles se misturam e adotam seu modo de vida. Durante muito tempo, o estereótipo português dominante foi de proto-Caliban, de cafrealizado, não de próspero (SANTOS, 2003, p. 259).

O subtexto dessas histórias é que a origem social dos portugueses na África pressupunha uma presença estruturada mais forte do poder colonial, sendo este tão fraco e inconsistente que poderia ser melhor caracterizado como um poder aparicional. O caráter aparicional do poder colonial é crucial para entender as trajetórias interidentitárias da África durante esse período.

O fato de, durante séculos, o colonialismo português em África ter estado mais preocupado em controlar o comércio marítimo do que em ocupar território, juntamente com a vulnerabilidade político-administrativa do estado colonial, fez com que os portugueses que comercializavam nestas áreas fossem colonizadores apátridos, razão pela qual eram coagidos a praticarem uma forma de autogestão colonial. Sem dinheiro, os portugueses tiveram que negociar tudo não apenas para o comércio, mas também para sua própria sobrevivência.

Um colonizador muitas vezes tinha a contingência de prestar vassalagem a estrutura política local (reino) como os nativos. O colonialismo era quase inexistente como relação institucional, de modo que a separação entre os colonos, por um lado, e o império do estado colonial, por outro, era total (SANTOS, 2003, p. 260). Como afirma Santos:

A porosidade de Fronteiras entre próspero e Caliban atingiu a sua expressão identitária máxima na figura do mulato e da mulata. A ambivalência das representações a seu respeito é bem elucidativa da natureza de um pacto colonial tão aberto quanto desprovido de garantias. Ora vistos como seres degradados geneticamente, expressão viva de uma traição a Caliban, ora vistos como seres superiores, combinando o que de melhor havia em próspero e em calibã, os mulatos foram, ao longo dos séculos, uma mercadoria simbólica cuja cotação variou com as vicissitudes dos pactos e das lutas coloniais. Em momentos em que próspero se quis afirmar como tal ou em que Caliban tomou consciência da sua opressão e se dispôs a lutar contra ela, a cotação social dos mulatos baixou. E, pelo contrário, subiu nos momentos imensamente mais duradouros, em que nem

próspero nem calibã sentiram necessidade ou tiveram a possibilidade de se afirmar como tais (SANTOS, 2003, p. 263).

Foi possível perceber que a cor da pele portuguesa foi um sinal reiterado de distanciamento e desqualificação para os estrangeiros que visitaram Portugal ao longo dos séculos, assim, a cor da pele começou a fazer parte da narrativa da identidade científica desde o final do século XIX, com um significante racista.

Os que quiseram fazer dos portugueses um "Próspero" de pleno direito o consideravam descendentes de lusitanos, romanos e germânicos. Pelo contrário, aqueles que o viam como uma figura relutante, insignificante, canibal atribuíam sua ascendência a judeus, mouros e negros (SANTOS, 2003, p. 263).

A versatilidade, a ductilidade da variação indica o potencial de hibridização primordial, a automistura autofágica que precede e possibilita todas as outras. A assimilação inicial na forma de signos racistas inscritos na cor da pele, bem como na compleição física e até mesmo nos modos, perseguiu os portugueses em todos os lugares. Fora de suas colônias, e especialmente nas colônias ou ex-colônias de outras potências europeias, no mundo anglo-saxônico, eles frequentemente causavam tumulto. Tão incríveis como Próspero quanto Caliban, foram classificados de forma extravagante, o que foi apenas uma expressão de interidentidade (SANTOS, 2003, p. 264).

Os portugueses são uma união de opostos de "Próspero" e "Caliban", pelo que em determinados momentos e circunstâncias podem ser predominantemente "Prósperos" ou, por vezes, predominantemente Caliban.

Santos distingue dois momentos de Próspero: o final do século 19, primeiras décadas do século 20; e o 25 de abril e a adesão à U.E (SANTOS, 2003, p. 266).

Em cada um desses momentos, a ascensão de Próspero ocorre no magma da identidade portuguesa sob a pressão de fatores externos, sempre sob a forma de uma Europa capitalista desenvolvida. O primeiro momento de sucesso ocorre no rescaldo da Conferência de Berlim, quando a ocupação efetiva do território colonial se tornou condição para a manutenção do seu domínio (SANTOS, 2003, p. 267).

A metamorfose identitária mais significativa que ocorre nesse período é a polarização entre Próspero e Caliban. É neste momento que surgem os nativos primitivos e, em contraponto, o colonizador português, representante ou metáfora do estado colonial. O processo que reduz os povos indígenas a um estatuto que justifica

a sua colonização é o mesmo que eleva os portugueses ao estatuto de colonizadores europeus.

Os portugueses brancos e os indígenas primitivos parecem estar simultaneamente divididos e unidos por dois poderosos instrumentos da razão ocidental: o Estado e o racismo. Através do Estado, procura-se assegurar a exploração sistemática das riquezas, tornando-a uma tarefa civilizatória, transferindo para as colônias uma vida metropolitana civilizada. E, através do racismo, uma justificação científica das hierarquias raciais é alcançada, na qual tanto a ciência social quanto a antropologia física são mobilizadas (SANTOS, 2003, p. 267), por isso ressalta-se que:

Enquanto o português passa de criminoso degradado, propenso a cafrizar-se, à condição de agente civilizatório, os indígenas passam de reis e de cervos de reis à condição da mais baixa animalidade. O português é agora “o branco valoroso” uma garantia de posse da terra africana. O negro surge agora animalizado e apenas susceptível de ser domesticado por via do gesto imperial. A violência deste gesto é o outro lado da animalidade do negro e é esta última que justifica a primeira (SANTOS, 2003, p. 268).

Existe então uma barreira intransponível entre o branco e o negro, que é ao mesmo tempo um resquício da união entre eles, que o autor denominou, como já mencionado, de “jogo de espelhos, no qual o negro é selvagem e por esse motivo tende a pensar que os brancos é que são selvagens (SANTOS, 2003, p. 269). Portanto:

O assimilacionismo é uma construção identitária assente num jogo de distância e de proximidade do colonizado em relação ao colonizador nos termos do qual o colonizado – mediante procedimentos que tem alguma semelhança com os da naturalização – abandona o estádio selvagem. O assimilado é assim o protótipo da identidade bloqueada, uma identidade entre as raízes africanas a que deixa de ter acesso direto e as opções de vida europeia a que só tem um acesso muito restrito. O assimilado é, assim, uma identidade construída sobre uma dupla desidentificação (SANTOS, 2003, p. 271).

O assimilacionismo, combinado com a miscigenação, é o que confere à sociedade africana a sua distinta heterogeneidade.

Para os portugueses da virada dos séculos XIX e XX, o momento de próspero era um momento de excesso em relação às suas condições de possibilidade. No

entanto, os colonos portugueses, fortemente influenciados pela representação internacional da África desfavorecida, não conseguiram cortar completamente o longo período histórico de identidade mútua entre Próspero e Caliban (SANTOS, 2003, p. 271).

Como uma maldição, o Caliban português persegue o Próspero português, segue-lhe as pisadas, carnavalizando a sua postura como sendo uma imitação tosca do que pretende ser. Com o fim da guerra colonial, ocorre o segundo "momento de próspero" no contexto da revolução do 25 de abril, o reconhecimento dos movimentos de libertação e a Independência das colônias e se estende no estabelecimento de relações de cooperação com os novos países de língua oficial portuguesa e na criação da comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP).

Trata-se do momento de próspero anticolonial ou descolonizador, um momento semelhante ao das outras potências europeias coloniais, quase 3 décadas antes. O fim do colonialismo europeu foi um momento de próspero na medida em que as potências coloniais, perante os custos políticos excessivos da manutenção das colônias, buscaram no reconhecimento da Independência das colônias uma nova e mais eficiente forma de produzir a dominação sobre elas, que ficou conhecida neocolonialismo. (SANTOS, 2003, p. 273).

Mais uma vez, o momento de Próspero descolonizador português difere em aspectos essenciais do homólogo momento de próspero europeu. Em primeiro lugar, dois processos históricos de descolonização, a independência do Brasil e a independência das colônias africanas, coincidiram com profundas alterações no caráter progressista da sociedade portuguesa.

No primeiro caso, a Revolução Liberal e no segundo caso a Revolução do 25. Isso significa que existe em ambos os processos um sentido partilhado de libertação, tanto para o colonizador, como para o colonizado. Esta divisão de significados levou a um conluio entre a nova classe política portuguesa e a dos novos países, sobretudo no caso das independências africana (SANTOS, 2003, p. 274).

A debilidade e a incompetência do próspero colonial português, se, por um lado, inviabilizaram o neocolonialismo, por outro, facilitaram, sobretudo no caso do Brasil, a reprodução de relações de tipo colonial depois do fim do colonialismo, o colonialismo interno (SANTOS, 2003, p. 275).

Após esta breve discussão conceitual sobre o pós-colonial e suas especificidades portuguesas, passaremos agora à análise do conto escolhido para compor o presente Trabalho de Conclusão de Curso. Para isso, nos centraremos especificamente na forma como as elites locais utilizaram as formas de dominação instituídas pelo colonialismo para gerirem a situação de subdesenvolvimento que lograram como cicatriz colonial, podendo assim parasitar o bem público e manterem-se num lugar de protagonismo social e político.

UMA ANÁLISE DO CONTO “CATRAPUS”, DE RODERICK NEHONE

Com a chegada dos europeus em África e a percepção de um continente rico naturalmente, iniciou-se o processo de exploração dos recursos naturais, mas pela população juntamente com sua cultura ser vista como um obstáculo, instaurou-se uma política de destruição dessa cultura como forma de enfraquecimento da autonomia popular. Baseada nisso, a literatura africana é fortemente marcada pela história dessa luta étnica que foi brutalmente interrompida com a chegada dos portugueses ao continente.

Partindo disto, podemos pensar o conto “Catrapus”, de Roderick Nehone, que é nosso objeto de análise, a partir do viés de como as elites locais efetuam uma gestão do subdesenvolvimento. No início do conto já nos deparamos com um dos mecanismos de poder colonial, sendo este uma espécie de carro, com o objetivo de carregar aquele que mandava, cuja tração era humana, denominada ‘tipoia’, com a descrição a seguir:

No princípio, andávamos só a pé. Não tínhamos topado com a roda e, então, a carroça não apareceu. Anos depois, mais escravo aqui menos ali, mais criado aqui menos acolá, vingou a tipoia. Dois troncos rectos sobre os ombros de quatro homens, dois atrás e dois à frente, em cima dos quais assentava um estrado feito cadeira para quem mandasse. E assim, o manda-chuva fazia-se deslocar longos quilómetros sobre tracção humana, quatro homens-força, pelas matas e aldeias do país (NEHONE, 2003, p. 9).

Ao longo do conto, percebe-se que esta forma de dominação é mantida, porém a partir de um desvio, deixando de ser a ‘tipoia’, passando a ser agora um cangulo, ou seja, deixa de estar a serviço do poder colonial e passa a estar a serviço daquele que se elevou a uma elite local, sendo assim, o cangulo como um método de dominação que já fazia sentido neste determinado espaço se mantém mas a serviço dos novos poderosos.

Zazalí, era este o seu cognome, começou com um pequeno carrinho de madeira para o transporte das mercadorias do pessoal que ia de compras ao Roque Santeiro. Acompanhava geralmente a compradora, de um lado para o outro, pelos diversos corredores, labirintos e secções do grande mercado e acabava o seu frete junto ao porta-bagagem ou à carroçaria do carro da própria, ou à porta da Hiace que a levaria para o lugar de destino (NEHONE, 2003, p. 9).

A partir disto, trazemos Quijano (2009) para podermos pensar a colonialidade como uma mentalidade, não só como um exercício de poder específico, mas sim como uma forma de existir e de entender o mundo. Segundo sua proposta, o poder colonial vem da instauração de uma potência mundial capitalista, que é moderna/colonial e eurocêntrica desde a criação da ideia de raça, que representava biologicamente os colonizados como sujeitos inferiores aos colonizadores. Com base nesse pressuposto, estabeleceu-se o domínio do colonizador sobre o colonizado, que se mantém mesmo após a descolonização.

Quijano (2009) aponta que a mentalidade eurocêntrica não é exclusiva dos europeus ou dos que estão no topo da economia global, mas também existe entre as pessoas educadas sob essa hegemonia como resultado do trabalho cognitivo de naturalização das relações de poderes coloniais. Cria-se um mito de que eles são naturais em si e, portanto, não podem ser questionados. Essa fábula deu origem à ideia de que a humanidade está em um caminho único e linear de desenvolvimento, cujo status de um determinado povo os classifica como inferiores ou superiores, racionais ou irracionais.

Dentro dessa mesma orientação foram também, já formalmente, naturalizadas as experiências, identidades e relações históricas da colonialidade e da distribuição geocultural do poder capitalista mundial. Esse modo de conhecimento foi, pelo seu carácter e pela sua origem, eurocêntrico. Denominado racional, foi imposto e admitido no conjunto do mundo capitalista como a única racionalidade válida e como emblema da modernidade. As linhas matrizes dessa perspectiva cognitiva mantiveram-se, não obstante as mudanças dos seus conteúdos específicos, das críticas e dos debates, ao longo da duração do poder mundial do capitalismo colonial e moderno. Essa é a modernidade/racionalidade que está agora, finalmente, em crise. (QUIJANO, 2009, p. 74)

Esse mecanismo é tão poderoso que os indivíduos nascidos em áreas colonizadas podem aceitar a ideia de que eles próprios são inferiores (intelectual e culturalmente) aos colonizadores. São estruturas de dominação que transcendem as fronteiras físicas e econômicas e penetram em áreas como a cultura e o pensamento.

A partir de estudos de Inocência Mata (2003), quando se trata de literatura africana pode-se afirmar que é importante não tratar como similar a ideia do pós-independência com a de pós-colonialidade, mesmo tendo marcas de uma como sendo dependente da outra. Por isso é importante salientar que:

Apesar de ser uma evidência considerar que há “variedades da pós colonialidade africana”, simplesmente porque há variedades de colonialismo, a literatura africana de língua portuguesa oferece-nos também configurações temáticas da pós colonialidade que já vêm sendo atualizadas em outros espaços geopoéticos. E, no entanto, a expressão literária da pós-colonialidade na África de língua portuguesa começa por se caracterizar por uma particularidade que advém do processo colonial português (MATA, 2003, p. 51).

Mata (2003) cita Boaventura de Souza Santos (2003) referindo-se como “peculiar do colonialismo português o fato de as fronteiras entre a semantização de Próspero e de Caliban estarem diluídas no âmbito da ideologia colonial portuguesa, o que terá gerado um ‘Próspero calibanizado’ e um ‘Caliban prosperizado’” (SANTOS, 2003 *apud* MATA, 2003, p. 51).

Podemos a partir disso, pensar como o protagonista do conto (Zazalí) se assemelha ao sujeito híbrido do colonialismo português, por ele mesmo sendo um angolano, isolar-se significativamente e ao mesmo tempo ter a ganância de controlar todo o espaço.

De tantas vezes fazer estes fretes, o jovem foi juntando dinheiro para comprar o segundo cangulo, até que conseguiu. Com o segundo cangulo veio o primeiro empregado. Cangula aqui, cangula ali. Exigência com o empregado: rapidez e pontualidade. Intransigência com os atrevidos concorrentes que pretendessem interferir na sua abordagem aos compradores recém-chegados. Com todo esse rigor, dez meses depois já tinha sete cangulos e sete empregados (NEHONE, 2007, p. 10).

A partir do momento em que Zazalí adquiriu o sétimo cangulo tomou a decisão de deixar de ser canguleiro, passando apenas para a parte de controle da expansão dos negócios, com imposições de novas regras locais, por se tratar de “seu” espaço”, portanto, era por meio dessa monopolização que se dava a manutenção dos mecanismos de dominação.

– Um patrão como eu já não deve mais conduzir. Agora os meus braços vão descansar e darão lugar à acção da mente. Não conduzo mais. Contrato um novo canuco para conduzir e eu só vou ficar a controlar. Controlar e expandir o negócio. Vou controlar os meus cangulos e vou fazer marcação cerrada na área das bebidas. Aqui na área das bebidas só vão poder circular os meus cangulos. Quem

tentar andar por aqui, sem a minha autorização vai ser chinado. Quem circular é porque eu lhe autorizei e terá que me pagar uma comissão (NEHONE, 2007, p. 10).

Aos poucos, Zazalí foi tomando para si cada vez uma parte do mercado, como a área de bebidas, de carnes, de frutas, legumes e hortaliças. Depois a área do carvão, a zona de eletrodomésticos e dos fofandôs, totalizando então neste momento cinquenta cangulos. Conseguiu posteriormente o controle de toda a praça, com quinhentos cangulos.

Ninguém mais podia cangular na área das bebidas. Três meses depois, já tinha vinte cangulos. Escusado é dizer que tinha vinte, mais dois empregados. Vinte canguleiros e dois cobradores, controladores, lutadores e recolhedores das receitas produzidas pelos canguleiros. Agora, controlava também as áreas das carnes e das frutas, legumes e hortaliças. Quando chegou aos trinta cangulos já controlava adicionalmente toda a área do carvão. Aos cinquenta, tomou conta da zona dos electrodomésticos (arcas, geleiras, fogões, aparelhagens, ventoinhas, etc) e dos fofandôs. Quando conseguiu controlar toda a praça, tinha cerca de quinhentos trabalhadores. Se autoproclamara o Rei dos Cangulos e, como tal, era respeitado, idolatrado por uns e odiado por outros (NEHONE, 2007, p. 10).

A partir disto, podemos perceber que este estado de subdesenvolvimento tem a ver como uma não presença do poder público, sendo assim, a elite local vai se construindo exatamente por uma confusão entre o que é público e o que é privado. Ou, seja, o estado não limita o poder desse grupo dentro do mercado do Roque Santeiro, que pode ser entendido a partir desse dado como uma metáfora para se pensar o país, portanto trazemos a fala de Quijano (2009):

Os estados-nação do centro constituíram-se, tendo, primeiro, como contrapartida os estados coloniais e, depois, os estados-nacional dependentes. Como parte dessa relação, os processos de cidadanização, de representação desigual mas real dos diversos sectores sociais, a retribuição em serviços públicos da produção e da tributação dos trabalhadores, não deixou de ser, definitivamente, privilégio do centro, porque o seu custo é pago, em ampla medida, pela exploração do trabalho da periferia colonial em condições não democráticas e não nacionais, ou seja, como sobre-exploração (QUIJANO, 2009, p. 108).

O desenrolar do conto se dá ainda nesse processo de expansão dos negócios de Zazalí até certo ponto no mercado, passando a carregar ali dentro não só as

mercadorias mas também os compradores. Quando já não havia mais para onde expandir, percebeu que enquanto tudo acontecia naquele espaço do mercado, lá fora nas estradas aconteciam exorbitantes engarrafamentos. A genialidade do protagonista vai além, não se restringindo mais apenas ao mercado, mas passa a pôr à carregar agora as pessoas na urbe.

Depois de notar, por várias vezes, os engarrafamentos intermináveis na cidade, Zazalí decidiu expandir o seu negócio e tomar a capital com os seus cómodos cangulos de passageiros. Como não havia capacidade para dar resposta a toda a procura, principalmente nos dias de muita lama, decidira então pôr a rolar, em fase experimental, alguns cangulos de passageiros (NEHONE, 2007, p. 12).

Com isso, veio à tona a falta de pontualidade não só dos empregados, mas também dos patrões, ficando evidente que o tempo tornava-se cada vez mais algo fútil. Porém, Zazalí ainda lucrava e seu negócio prosperava, enquanto a cidade definhada e deixava de produzir:

Nesse entretanto, da fábrica do Rei Zazalí, no Roque Santeiro, saíam, todos os dias, centenas de cangulos. Ao tornar-se poderoso, deixou de ser visto. Apenas um núcleo restrito e privilegiado de pessoas tinha acesso a Zazalí. Ele, agora, controlava à distância o tráfego das pessoas na urbe e facturava com a cidade. Tinha a gente da cidade sob seus pés, porque todo o mundo necessitava de locomover-se sem se cansar muito e, como solução, apenas restavam os seus cangulos. A lentidão do transporte de cangulo era tal que, na verdade, a velocidade era mesmo a do passo humano. A única diferença era a de que o cangulado chegava menos cansado que o canguleiro. Mas, tudo a passo de homem (NEHONE, 2007, p.14)

A última grande sacada do protagonista e também desfecho do conto foi quando percebeu essa futilidade temporal, comprando assim, todos os relógios, que então eram inúteis àquelas pessoas, já tendo uma perspectiva futura de investimento:

Usando o seu apurado faro para o negócio e sentindo que descobrira um bom investimento em activos futuros, Zazalí utilizou os seus canguleiros, cobradores e protectores para passarem a seguinte mensagem: – Zazalí compra todo o tipo de relógios. Se, agora, há todo o tempo para tudo, de que vale, então, andarem por aí com relógios, se vão chegar, na mesma, sempre atrasados. Quando a situação normalizar, poderão comprar novos relógios. Agora, relógio no pulso é só pura banga. O Rei Zazalí paga bem pelo seu relógio. Não

perca tempo com o tempo que não lhe serve para nada. Venda-nos o seu relógio. Nós pagamos bem! (NEHONE, 2007, p. 15).

Importa referir que este texto foi produzido à margem, no espaço africano, no período pós-independência, o que reflete sobre as conjunturas deste momento, sendo, portanto, uma crítica não só ao instante atual mas a todo um histórico de como este ensejo é signatário de cicatrizes coloniais. Cito então Mata (2003) com a proposta da literatura:

O que as literaturas africanas têm proposto nestes tempos pós-coloniais é que as identidades (nacionais, regionais, étnico-rácicas, culturais, ideológicas, estéticas, estilísticas) gerar-se-ão da capacidade de aceitar as diferenças (MATA, 2003, p. 70).

CONCLUSÃO

A partir da análise do conto ficou evidente como as elites locais administravam os efeitos contraditórios do subdesenvolvimento a partir da expansão de seus negócios, visando sempre um ativo futuro, havendo a exploração trabalhista para sempre estar à serviço da alta sociedade. Sabendo-se que o continente africano é economicamente o mais pobre, e também sofre por muitos problemas sociais (conflitos étnicos, fome, doenças, etc.), é nítido que uma das principais razões para esse cenário foi o processo de colonização e independência dos países africanos, onde foram considerados apenas os interesses das potências imperialistas.

Quijano (2005) explica como se deu esse processo, mostrando que o domínio do colonizado não se limitava ao controle físico, mas também ao controle intelectual, cultural e cognitivo dos colonizados, que passaram a refletir sobre a história do colonizador como a correta e única:

Todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (QUIJANO, 2005, p. 121).

O longo período de dominação colonial fortaleceu essa ideia tornando-a parte do povo dominado, que em muitos casos ainda repetem a versão do colonizador como verdade. Poderia ser pensado que tais afirmações vêm de tempos antigos, quando a visão do conhecimento era limitada à Europa e seu espírito colonizador, assim como Hall (2011, p. 104) destaca que o ‘colonial’ não está morto, já que sobrevive através de seus ‘efeitos secundários’.

Segundo o autor (HALL, 2011, p. 104), os “efeitos culturais e históricos a longo prazo do ‘transculturalismo’ que caracterizou a experiência colonizadora demonstram ser irreversíveis”, permanecendo na cultura de cada povo uma vez que “a colonização nunca foi algo externo às sociedades das metrópoles imperiais. Sempre esteve profundamente inscrita nelas – da mesma forma como se tornou indelevelmente inscrita nas culturas dos colonizados”. Assim, o processo de dominação ainda é fortemente sentido, de inúmeras formas pelas ex-colônias e ex-colonizadores, pois

um processo de colonização deixa marcas nos povos envolvidos, sejam eles os colonizadores que, apesar de sua posição privilegiada, de alguma forma se adaptaram para viver na cultura das sociedades subjugadas, ou os colonizados, cujas raízes são repentinamente retiradas devido à coerção de pessoas que agora se apresentaram como seus opressores.

Os portugueses nunca puderam instalar-se comodamente no espaço-tempo originário do Próspero europeu. Ali viveram como que internamente deslocados em regiões simbólicas que não lhes pertenciam e onde não se sentiam à vontade. (...) Nem Próspero nem Caliban, restaram-lhes a liminaridade e a fronteira, a interidentidade como identidade originária (SANTOS, 2003, p.256)

Refletindo sobre isso, pode-se perceber que os estudos pós-coloniais tem como objetivo trazer à literatura a crítica a respeito dos contradiscursos de diferentes ordens que revelam os projetos de resistência evidentes ou mascarados, dos colonizados e suas estratégias de revanche na difícil luta pela autonomia, avaliando então o impacto da colonização europeia nas antigas colônias.

Com isso, a partir do conto “Catrapus” fica evidente que o autor tem como pretensão tecer essa crítica do ponto de vista da crítica pós-colonial, sendo assim, é necessário se levar em consideração que no caso do estudo em literatura, não se pode esquecer, antes de qualquer rótulo como local ou regional, que o escritor é um sujeito do seu tempo e que “a literatura é produção social, parte integrante de uma realidade e de uma história nunca neutras” (POLAR, 2000, *apud* MATA, 2014, p. 32).

É necessário entender que atualmente a questão do eurocentrismo está presente nos estudos pós-coloniais, por motivos de pressupor a necessidade de descolonização teórica ou também quando se estuda objetos estéticos de espaços periféricos: a ideia predominante parece ser a de que uma boa obra literária é aquela que não se limita ao espaço, ou seja, como afirmou Mata (2007) "literatura sem chão".

A partir de toda a exploração feita neste trabalho, foi possível perceber que a literatura africana ainda é considerada, de forma implícita, uma literatura menor, sendo não muito valorizada como objeto de estudo. Isso fica nítido quando se tem apenas uma única disciplina, no curso de Letras, sobre essa literatura em uma graduação considerada razoavelmente longa (cinco anos), comparada a outras existentes de menor duração, e só após por algumas disciplinas de “literatura

portuguesa”, ou seja, isso decorre de uma certa resistência eurocêntrica em relação às outras literaturas consideradas “universais”, como a portuguesa.

Por isso, é importante salientar que desde o início deste trabalho foram encontradas diversas dificuldades em se trabalhar com este tipo de literatura, porque ainda está em um campo com debates onde quase não há consenso, pois diferentes pensadores que trabalham com estudos pós-coloniais têm diferentes entendimentos sobre seu uso, especialmente em relação à literatura portuguesa e, mais importante, à literatura portuguesa em países africanos que vivenciaram o processo de colonização portuguesa, dessa forma, reconheço as limitações no desenvolvimento da escrita deste trabalho.

REFERÊNCIAS

HALL, Stuart. *Da Diáspora. Identidades e Mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: *Epistemologias do Sul*. Organização de Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

LEITE, A. M. *Oralidades e escritas pós-coloniais – estudos sobre literaturas africanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

MATA, Inocência. *A condição pós-colonial das literaturas africanas de língua portuguesa: algumas diferenças e convergências e muitos lugares-comuns*. In: LEÃO, Ângela Vaz (org.). *Contatos e Ressonâncias – Literaturas africanas de língua portuguesa*. Belo Horizonte, PUC Minas, 2003.

MATA, Inocência. *A literatura africana e a crítica pós-colonial: reconversões*. Luanda: Editorial Nzila, 2007.

NEHONE, Roderick. *Uma boia na tormenta*. Luanda: UEA, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. “Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Interidentidade. *Novos Estudos*, São Paulo, 2003.